

Periodização e competição de gramáticas

o caso do português médio

Charlotte Galves

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GALVES, C. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 65-74. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio

Charlotte GALVES

Universidade Estadual de Campinas / CNPq

1 Para uma nova periodização do português

Com base na língua escrita, a periodização tradicional do português reconhece três grandes fases, ou períodos, na história da língua: o português arcaico, o português clássico e o português moderno. Mattos e Silva (1994, 2006) problematiza essa questão, apresentando o quadro a seguir:¹

Figura 1: Quadro Mattos e Silva

Época	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar V. Cuesta	Lindley Cintra
até s. IX (882)	pré-histórico	pré-histórico	pré-literário	pré-literário
até ± 1200 (1214-1216)	proto-histórico	proto-histórico		
até 1385/1420	português arcaico	trovadoresco	galego-português	português antigo
até 1536/1550		português comum	português pré-clássico	português médio
até s. XVIII	português moderno	português moderno	português clássico	português clássico
até s. XIX/XX			português moderno	português moderno

Nesse quadro, observa-se que os estudiosos variam em relação às subdivisões desses grandes períodos, bem como em relação à denominação que lhes atribuem. É interessante notar que, exceto Leite de Vasconcelos,² todos os autores considerados subdividem o português arcaico em duas partes. À primeira, Serafim da Silva Neto dá o nome de “português trovadoresco”, Pilar Vásquez-Cuesta, de “galego-português” e Lindley Cintra, de

1 O quadro reproduzido aqui é o quadro de Mattos e Silva (2006).

2 No quadro apresentado no artigo de 1994, outros autores são citados como compartilhando esta concepção: Said Ali, Ismael Lima Coutinho, Mattoso Câmara e Fernando Tarallo.

“português antigo”. Cada uma dessas denominações focaliza um aspecto diferente da língua. A primeira faz referência ao fato de que essa primeira língua documentada tem como veículo privilegiado a produção lírica das cantigas trovadorescas. A segunda ressalta o aspecto geográfico-político da identidade inicial com o galego. A terceira, enfim, mais neutra em relação a esses aspectos que podemos chamar de história externa, estabelece uma fronteira final para a ‘antiguidade’ do português bem anterior à tradição. Antes de voltar para a questão das datas, olhemos agora para o termo escolhido por cada um para definir a segunda parte da primeira fase. Serafim da Silva Neto a chama de “português comum”, Pilar Vásquez-Cuesta, de “português pré-clássico” e Lindley Cintra, de “português médio”. Essa última denominação será retomada, e popularizada, por Ivo Castro (2006) na sua *Introdução à história do português*. É interessante ressaltar o termo de “português pré-clássico” proposto por Pilar Vásquez-Cuesta. Nele, temos a ideia inovadora de que se trata de um período que, em lugar de terminar um ciclo, prenuncia o seguinte. É uma inversão de perspectiva, que deixa de dar ao séc. XVI o valor de limite forte que tem em autores como Leite de Vasconcelos e Serafim da Silva Neto, uma vez que, para eles, é o grande divisor de águas entre a língua antiga e a língua moderna.³ Enfim, antes de prosseguir, gostaria de me deter um pouco na interessante noção de “língua comum” que Serafim da Silva Neto (1970) apresenta na sua *História da língua portuguesa*. Para ele, “ainda que ... cristalizado em Lisboa, o português comum não representa o tipo lingüístico de uma determinada região. Pelo contrario, ele é, realmente, uma média, a conseqüência de uma nivelção lingüística provocada pelos fatos históricos” (*op. cit.* p. 380). Ou seja, para Serafim da Silva Neto, a língua comum é o produto do contato entre diversos dialetos, que leva, na fonética e na morfologia, a um certo nivelamento. Nesse processo de nivelamento, as grandes cidades (em Portugal, essencialmente Coimbra e Lisboa) desempenham um papel essencial, não pelo fato de imporem seu próprio dialeto, mas por proporcionarem a grande mescla humana, fonte do contato lingüístico. Pelo seu prestígio político e cultural, a *koiné* assim formada se torna a língua de prestígio, e constitui a base da língua padrão. Resta ainda a difícil tarefa de entender como esse fenômeno de nivelamento atuou sobre a sintaxe na elaboração de uma nova gramática que conhecerá seu apogeu nos chamado período clássico .

Neste texto, queria propor uma periodização alternativa, em que o séc. XVI deixa de ser a grande fronteira. A outra novidade é que se trata de uma periodização baseada na noção de *gramática*, entendida como a competência que os falantes têm da sua língua. Desse ponto de vista, os textos não são mais o objeto final da nossa investigação, mas o meio para distinguir as gramáticas dos falantes de português que os escrevem. Procuramos localizar neles a emergência de gramáticas novas, iniciando novos períodos. E, seguindo o caminho traçado por Anthony Kroch em vários artigos,⁴ interpretamos os períodos em que se observa uma grande variação nos textos como períodos de “competição

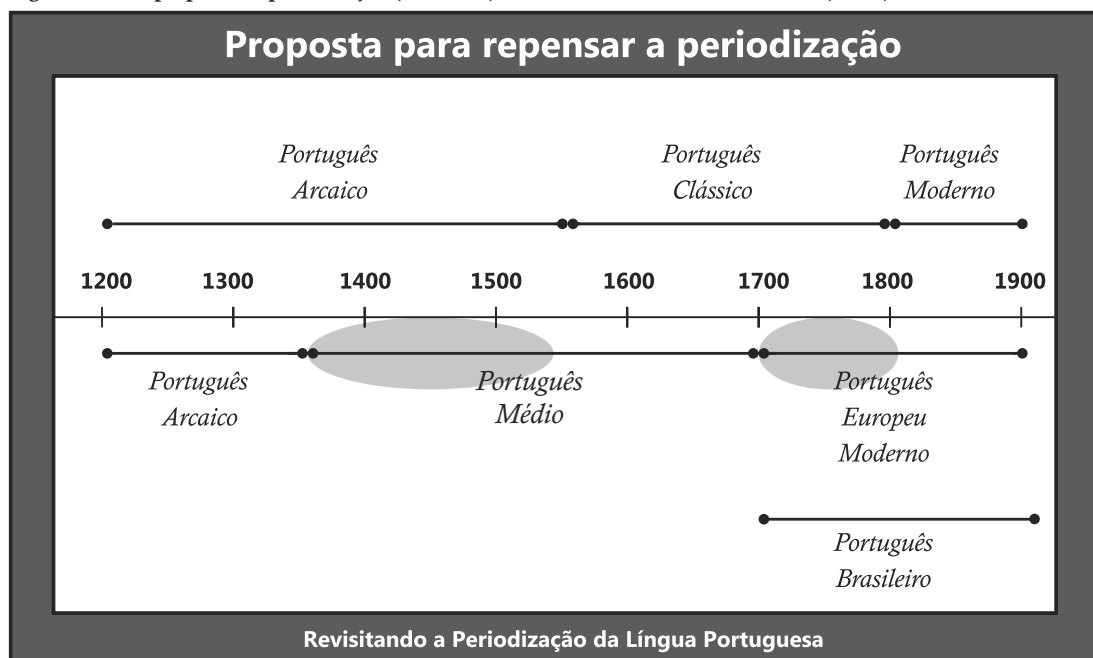
3 Aachamos uma ideia semelhante em Paul Teyssier (1980), na sua *Histoire de la langue portugaise*.

4 Cf. Kroch (1994, 2001).

de gramáticas”. Tal competição se trava entre uma gramática inovadora e a gramática conservadora, que não deixa de ser expressa de um dia para o outro, como bem diz Carolina Michaëlis de Vasconcelos, citada por Rosa Virgínia Mattos e Silva no artigo referido acima.

Com base nessa concepção da evolução da língua portuguesa nos textos, Galves, Namiuti, Paixão de Sousa (2006) propõem o seguinte, gráfico em que a nova periodização é contraposta à periodização tradicional:

Figura 2: Nova proposta de periodização (GALVES, NAMIUTI e PAIXÃO DE SOUSA, 2006)



As linhas azuis representam a periodização tradicional, sem a subdivisão do português arcaico. Em vermelho, representamos uma outra versão da mesma história, levando em consideração as gramáticas que se sucedem na história do português. Nesta visão, o primeiro período é a primeira fase do português arcaico na periodização tradicional. O segundo período, ainda sem denominação – voltaremos a essa questão na seção 3 –, abrange a segunda fase do período arcaico tradicional, mais o português clássico. Aí reside a grande inovação dessa proposta, que procuraremos fundamentar empiricamente na próxima seção: a existência de uma fase, ou período, gramatical do português que vai da segunda metade do séc. XIV até o séc. XVIII. Essa fase engloba o português chamado por Lindley Cintra de “médio” (e por Pilar Vásquez-Cuesta, de “pré-classico”) bem como o “português clássico”. O primeiro, como veremos, se caracteriza por uma grande variação entre formas antigas e formas inovadoras, ou seja, uma forte competição de gramáticas. O segundo, que aparece nos textos no decorrer do séc. XVI, e dura até a primeira metade do séc. XVIII, corresponde à fase em que a gramática inovadora se impôs

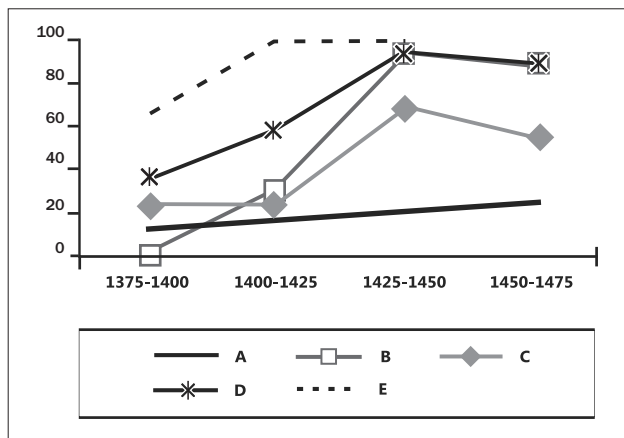
definitivamente. Desse ponto de vista, o séc. XVI não se caracteriza como o início de um novo período, mas como o fim da fase de competição entre a gramática antiga e a nova, com a vitória da gramática inovadora.⁵

2 A base empírica da nova periodização

Queria agora dar um conteúdo empírico a esta proposta e voltar à questão da datação, olhando para dois conjuntos de dados. O primeiro conjunto é composto de fenômenos fonéticos e morfológicos, tirados do livro de Esperança Cardeira (2005). O segundo conjunto diz respeito a fenômenos sintáticos, tirados da tese de Cristiane Namiuti (2008).

Cardeira (2005) estuda a evolução da língua portuguesa num *corpus* de textos de gêneros variados escritos entre 1375 e 1475 (cf. a legenda da figura 3). No gráfico a seguir, ela mostra a substituição na morfologia de formas antigas por formas modernas: 1) na segunda pessoa do plural (“amades” substituído por “amais” – variável B); 2) nos participípios dos verbos da 3ª conjugação (“metudo” substituído por “metido”- variável C); 3) no sufixo adjetival (“-vil” substituído por “-vel” – variável D) e, enfim, 4) na expressão do pronome possessivo (“sa” substituído por “sua” – variável E).⁶

Figura 3: Evolução das formas arcaicas entre o português clássico e o português médio (CARDEIRA, 2005)



Frequência das variantes modernas nas variáveis A (terminações nasais com grafia não etimológica), B (formas sincopadas na 2ª pes. pl.), C (participípios em -ido), D (terminação paroxítona -vel) e E (pronome *sua* em contexto átono) no conjunto do *corpus* estudado (*Livro da Cartuxa, Vidas de Santos, Documentos notariais dos Mosteiros do Noroeste e da região de Lisboa, Livro Verde da Universidade de Coimbra, Documentos Históricos da Cidade de Évora, Actas das Vereações de Loulé e Capítulos de Cortes*).

Observamos que as formas modernas aparecem numa frequência de 0 a 60% em 1375, o que mostra que algumas delas já vinham se implementando desde tempos mais antigos. Notem-se, em particular, os 60% de “sua” em lugar de “sa”. Em compensação, a forma sincopada da 2ª pessoa do plural não aparece no primeiro ponto da linha do tempo

5 Note-se que outro período de transição, ou competição, aparece no séc. XVIII. Tem sido o objeto de numerosos trabalhos baseados no *Corpus Tycho Brahe* (cf. <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html>).

6 Não considerarei aqui a variável A, que diz respeito à variação de grafia, reveladora da mudança na pronúncia das nasais finais.

do gráfico. Encontramos, portanto, uma variação no início das mudanças, bem como seu fim (cf. o quadro final de Mattos e Silva (1994)). Mas fica claro para todas as formas em variação que o período maior de crescimento das novas formas se dá na primeira metade do séc. XV.

O quadro apresentado por Cardeira sustenta, portanto, empiricamente a hipótese de que, do ponto de vista da morfologia, é entre 1350 e 1450 que a língua escrita expressa a transição de um período para o outro, dentro do ponto de vista proposto aqui, da gramática arcaica para a gramática inovadora, que se expressará plenamente nos textos por volta de 1550 (cf. MATTOS E SILVA, 1994). O que o quadro de Cardeira nos mostra é que o português “médio” ou “pré-clássico” é um período marcado pela variação entre as formas antigas e as formas novas.

Infelizmente, não temos análises sintáticas realizadas no *corpus* de Cardeira. Mas podemos verificar, com base em outros textos, que a sintaxe também se transforma nesse mesmo período. Namiuti (2008) estuda o fenômeno da interpolação em um *corpus* de documentos notariais (elaborado por MARTINS, 1994) e de documentos administrativos e literários (*corpus* de PARCERO, 1999, e *Corpus* Tycho Brahe), abrangendo do séc. XIII ao séc. XVI. Ela mostra que se podem definir dois momentos gramaticais caracterizados por propriedades distintas da interpolação:

A. 1º período (Gramática I):

- Interpolação da negação e de outros constituintes do predicado.
- A interpolação é atestada em contextos de próclise obrigatória.
- O clítico é contíguo à conjunção (C).

O exemplo a seguir, tirado de Martins (1994), ilustra essa gramática. Observamos que o elemento interpolado entre o clítico e o verbo é um sintagma preposicional (“ao dicto Mosteiro”), que se trata de uma oração subordinada – contexto de próclise obrigatória –, e, enfim, que o clítico é contíguo à conjunção:

1. que as ao dicto Mosteiro deuiã Algũas pessoas (Lx, 1357)

B. 2º período (Gramática II):

- Desaparece a interpolação de constituintes diferentes de “não”.
- Surgem novos contextos para a interpolação do “não” – em orações raízes neutras, que não são contextos de próclise obrigatória.
- Surge uma nova ordem linear nas sentenças dependentes negativas, sem contiguidade C-cl.

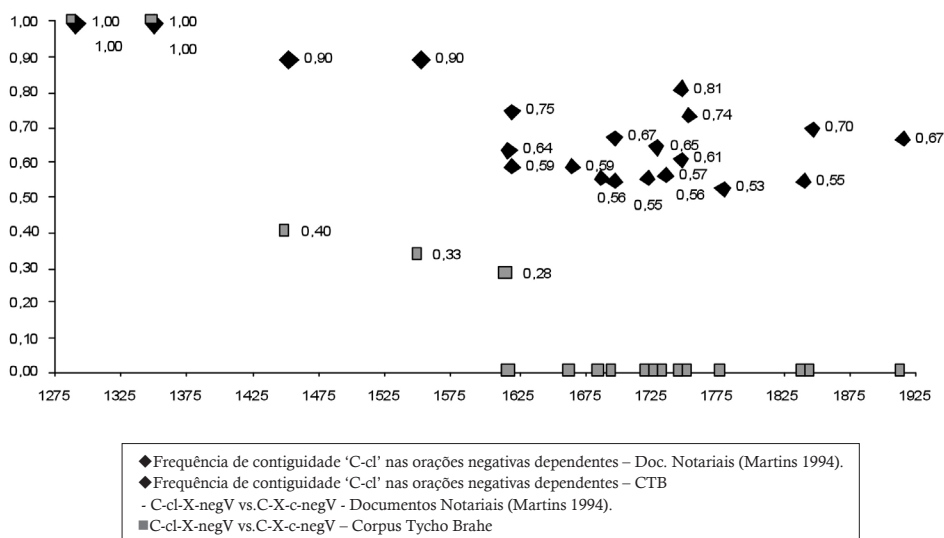
Os dois exemplos a seguir ilustram essa nova gramática. Em (2), temos uma oração não dependente, que não constitui um contexto de próclise obrigatória. Em (3), encontramos a ordem conjunção–sujeito–clítico–verbo, em que não há contiguidade entre a conjunção e o clítico. Enfim, os dois exemplos trazem a interpolação de “não”:

2. Dom Manoel de Lima o não quiz ouvir naquele negócio , dizendo-lhe, que era filho mais velho de seu pai, que se queria ir pera o Reino, e que quando lhe ElRei não desse de comer, que viveria com o que seu pai viveo (Couto - 1542, *Corpus Tycho Brahe*)

3. Êste conselho houvera Dom Christovão de tomar em princípio, tanto que se ajuntou com a Rainha, e segurar-se em parte, que os inimigos o não pudessem cercar, até se ajuntar com o Imperador, e da serra pudera sair a dar todos os assaltos que quizera (Couto - 1542, *Corpus Tycho Brahe*)

A figura 4 mostra a evolução da sintaxe da interpolação, mais especificamente o aparecimento de construções em que o clítico não está contíguo à conjunção em orações dependentes negativas. O losango preto mostra a frequência geral de C-cl-neg e o quadrado branco mostra a frequência de C-cl-X-neg (ex: *que **lhe** ele não quiz dar*) em relação a C-X-cl-neg (ex: *que ele **lhe** não quiz dar*.)

Figura 4: A dinâmica da evolução da interpolação (NAMIUTI, 2008)



Nos dois primeiros pontos do eixo do tempo, 1300 e 1350, os valores são 100% para as duas variáveis, o que mostra que a gramática instanciada nos textos é a gramática 1 (G1). Mas, em 1450, temos 90% de contiguidade e 40% somente de orações C-cl-X-neg-V. Os 10% de não contiguidade Ccl no conjunto das orações dependentes negativas e os 60% de orações C-X-cl-neg-V mostram a irrupção da gramática 2 (G2) nos textos posteriores a 1350. C-X-cl-neg-V chegará a 100% a partir do início do séc. XVII, quando elementos outros que a negação deixarão definitivamente de se interpolar entre o clítico e o verbo.

O ponto importante para os nossos propósitos é que a mudança sintática acompanha no tempo a mudança morfológica, as novas formas aparecendo nos textos entre 1350 e 1450. A periodização tradicional já estava expressando esse fato ao situar a subdivisão do primeiro grande período, conforme os autores, entre 1350 e 1420. Tal datação é para muitos decorrente de fatos externos à língua: fim da produção lírica trovadoresca, batalha

de Aljubarrota, início das grandes navegações, mas a análise propriamente linguística, como vimos, não desmente a existência de uma forte alteração, que começa em meados do séc. XIV e vai se consolidando até atingir sua plena expressão no decorrer do séc. XVI. Aqui, interpretamos essa dinâmica como a substituição de G1 por G2, que se traduz num longo tempo de competição, tanto na morfologia, quanto na sintaxe, entre as expressões produzidas por cada uma.

3 Entre o português antigo e o português moderno: o português hispânico

A figura 5 acrescenta ao quadro de Mattos e Silva (2006) duas colunas, relativas à proposta de Galves et al. (2006):

Figura 5: Quadro de periodização revisitado

Época (datação dos textos)	Serafim da Silva Neto	Pilar V. Cuesta	Lindley Cintra	Galves <i>et al.</i> revisto	Época (gerações)
até 1385 (1420)	trovadoresco	galego-português	português antigo	galego-português	até c. 1350
até 1536-1550	português comum	português pré-clássico	português médio	português hispânico	1350/ 1700
até XVIII	português moderno	português clássico	português clássico		
até s. XIX/XX		português moderno	português moderno	português europeu moderno	1700-

A primeira gramática (G1) é instanciada nos textos até c. 1350. A segunda (G2), que aparece a partir dessa data, inicialmente de maneira limitada, vai se impondo no decorrer do séc. XVI e tem sua expressão máxima até a virada do séc. XVII para o XVIII, quando começa a aparecer uma nova competição, correspondendo à emergência do português moderno (G3).⁷

Voltemos agora à questão da denominação desses períodos gramaticais. Obviamente, trata-se de uma questão secundária. Contudo, a periodização costuma ser acompanhada de nomeação. Proponho aqui para G1 o nome de “galego-português”, que realça a identidade inicial do português e do galego devido à sua origem comum no Noroeste da Península Ibérica. Para G3, precisamos distinguir português europeu e português brasileiro, uma distinção ligada de novo à geografia e à sua influência sobre a mudança linguística. Resta nomear G2, a gramática intermediária entre o português das origens e o português moderno. Galves et al. (2006), seguindo a proposta de Galves (2004), lhe dão o nome de “português médio”. Mas essa denominação estabelece uma confusão com o mesmo termo, bastante consolidado em Portugal, para referir-se à língua de transição entre o galego-português e o português clássico. Assim, na proposta tradicional, o português médio é anterior ao clássico. Na proposta de Galves et al., o português clássico é parte do português médio. Isso de fato cria uma confusão na interpretação dos termos.

⁷ Cf. Galves et al. (2005).

Precisamos, portanto, de um outro nome. Aqui, com base no estudo realizado em Paixão de Sousa (2004) – e também pensando na noção de português comum de Silva Neto –, gostaria de propor o nome de “português hispânico”.

Obviamente, com “hispânico”, não se faz referência nem ao espanhol de hoje, o castelhano da época, nem ao Estado espanhol de hoje. A Espanha, entre os séc. XV e XVIII, não é uma unidade política, mas geográfica e cultural. Veja-se, por exemplo, o uso dos termos “Espanha” e “espanhol” para designar o Arcebispo de Braga na biografia redigida por Frei Luís de Sousa (grifos meus):

Eles o receberam com grandes honras e com extraordinárias mostras de amor e alegria, afirmando lhe cada um por si que nenhuma nova podiam mandar a Sua Santidade de maior gosto que a de sua chegada àquele lugar, por ser o primeiro prelado espanhol que ali viam e ficarem cheios de esperanças que seu exemplo seria bastante pera dar calor a todos os mais se porem a caminho, cuja tardança tinha assaz desgostado a Sua Santidade. (*Corpus Tycho Brahe*, S_001,0.1658)

Ora chegando eu subitamente, não esperado, e divulgando se que era chegado um arcebispo primaz dos fins de Espanha, foi grande alegria nos legados e bispos, e na cidade (a qual ganha muito em concílio). (*Corpus Tycho Brahe*, S_001,0.1673)

Paixão de Sousa (2004) dedica um capítulo da sua tese à complexa questão da língua em Portugal nos séculos XVI e XVII, tematizando e problematizando a noção de Espanha naquela época. Ela enfatiza dois aspectos. O primeiro é a percepção que gramáticos quinhentistas e seiscentistas, portugueses e castelhanos, têm da proximidade entre as duas línguas. Paixão de Sousa cita Mayans y Siscar, na obra *Origenes de la lengua española*, de 1737, que assim se expressa:

El portugués, en el qual comprehendo el gallego, considerando aquél como principal por que tiene libros e dominio aparte, i dejando ahora de disputar qual viene de quál, el portugués, digo, aunque es dialecto distinto del castellano, es tan conforme a él que, si uno abre un libro portugués sin saber que lo es, suele suceder leer algunas cláusulas creyendo que es castellano.” (*op.cit.*)

O segundo aspecto estudado por Paixão de Sousa é o bilinguismo literário, “termo mais corrente para se descrever o uso generalizado do idioma castelhano por escritores portugueses em um período compreendido entre os séculos XV e XVIII” (*op. cit.* p. 217). Segundo o *Catalogo razonado biografico e bibliografico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, 542 autores portugueses publicaram em castelhano entre os séc. XIV e XIX. Paixão de Sousa realça que nessa lista se encontram não só obras literárias, mas também obras de matemática, medicina, navegação e astronomia. Também mostra de maneira convincente que o uso do castelhano não pode ser confundido com uma submissão política à coroa castelhana, particularmente delicada no período de 1580 a 1640, em que o reino português lhe é anexado, uma vez que até mesmo panfletos autonomistas foram redigidos em castelhano, e o próprio rei restaurador escreveu em 1649 uma obra sobre música nessa língua (*op. cit.* p. 225). Como diz Teyssier, citado por Paixão de Sousa, “o

bilingüismo só desaparecerá com os últimos representantes da geração de escritores formada antes de 1640” (*ibid.* p. 227)

As duas línguas estão assim numa íntima relação, que toma o seu sentido no âmbito de uma unidade superior a cada uma das duas línguas, que é a noção de Espanha, que perdura por todo o período em foco.

A noção de português hispânico também se ajusta de maneira interessante à noção de português “comum” proposta por Silva Neto para caracterizar a evolução do galego-português quando levado para o Sul na Reconquista e com seu contato com os outros dialetos de Portugal. Com efeito, um ponto essencial na argumentação de Silva Neto é o fato de as línguas comuns se oporem aos dialetos regionais. O galego-português é a língua que se define pelo seu berço geográfico de origem. Se Silva Neto tem razão, a língua que se substitui a ele não é a de Lisboa, ou de Coimbra, mas uma *koiné* emergindo do contato entre todos os dialetos daqueles que participam da Reconquista das terras sobre os mouros, bem como da repovoação das cidades depois da expulsão dos seus antigos habitantes. Essa língua de contato, base do novo padrão, pode integrar sem problema também sua relação privilegiada com sua grande vizinha, que passará pelo mesmo processo, embora mais demorado na sua completude, uma vez que o reino de Granada só será tomado nas proximidades do séc. XVI. E podemos pensar que a mudança gramatical claramente detectável nos textos escritos pela geração nascida depois de 1700 (cf. GALVES et al., 2005; PAIXÃO DE SOUSA, 2004, entre outros⁸) nasce de uma reação a essa relação privilegiada, e de uma vontade de afirmar a diferença. Com efeito, o motor dessa mudança parece ser o aumento da ordem enclítica nas orações não dependentes com sujeito pré-verbal, associada a uma mudança prosódica que dá ao português europeu uma feição muito particular, não só no domínio ibérico, mas no domínio românico em geral, uma vez que seu ritmo se distancia do ritmo silábico, típico das línguas românicas, e passa a se aproximar do ritmo acentual, típico de outras famílias de línguas, como as germânicas ou as eslavas (cf. FROTA et al., 2008). Um dos correlatos fonéticos desse ritmo é a redução das sílabas pretônicas, cuja primeira referência se encontra numa *Petite grammaire portugaise*, publicada em Paris, em 1675 (cf. TEYSSIER, 1980). Não é, portanto, absurdo pensar que, no decorrer da segunda metade do séc. XVII, com o progressivo desaparecimento da “geração de escritores formada antes de 1640”, foi se impondo paulatinamente um novo padrão prosódico, que marcava claramente a identidade do português falado em relação ao castelhano. Esse correlato linguístico da luta pela independência (que, como lembrado por PAIXÃO DE SOUSA, 2004, tem seu final feliz oficial em 1640, mas dura de fato até 1668) marcaria então o fim de um longo período de identificação máxima no âmbito da noção geográfico-cultural compartilhada de Espanha. Muito mais tem que ser feito para consolidar a interpretação proposta aqui, em particular uma comparação sistemática do português e do castelhano nos séc. XV a XVIII. Mas já temos elementos suficientes indicando que se trata de um caminho que vale a pena ser trilhado.

8 Ver os trabalhos realizados a partir do *Corpus Tycho Brahe* em www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/producao

Referências

- CARDEIRA, Esperança (2005). *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: IN-CM.
- CASTRO, Ivo (2006). *Introdução à história do português*. Lisboa: Edições Colibri.
- FROTA, Sónia; GALVES, Charlotte; VIGÁRIO, Marina (2008). Ler a fonologia: do português clássico ao português europeu moderno. In: FROTA, Sónia; SANTOS, Ana Lúcia. (Org.). *XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística/Edições Colibri. p. 193-206.
- GALVES, Charlotte (2004). *Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança lingüística – Fase II*. Projeto de pesquisa submetido à FAPESP. Disponível em www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/prfpml/fase2/projeto_completo.html.
- GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2005). The change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, 1. HUALDE, José Ignacio (Org.). Special issue on variation and change in the Iberian Languages: the Peninsula and beyond.
- GALVES, Charlotte; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; NAMIUTI, Cristiane (2006). Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHAFFER-PRIEB, B. (Org.) *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag.
- KROCH, Anthony (1994). Morphosyntactic variation. In: BEALS, K. (Ed.). *Proceedings of the 30th annual meeting of the Chicago Linguistics Society*, v. 2, p. 180-201.
- KROCH, Anthony (2001). Syntactic change. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (Org.). *Handbook of syntax*. Oxford: Blackwell.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1994). Para uma caracterização do período arcaico do português. *D.E.L.T.A*, v. 10, n. especial, p. 247-276.
- NAMIUTI, Cristiane (2008). *Aspectos da história gramatical do português: interpolação, negação e mudança*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2004). *Língua barroca: sintaxe e história do português nos seiscentos*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA NETO, Serafim (1970). *História da língua portuguesa*. 2 ed. aumentada. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- TEYSSIER, Paul (1980). *Histoire de la langue portugaise*. Paris: PUF.